

Brasil propõe pagar dívida em 45 anos

Carlos Menandro 10.5.90

Os títulos de longo prazo com que o Brasil pretende negociar com os bancos credores a transformação de parte da dívida externa do setor público de US\$ 51 bilhões em bônus terão vencimento entre 40 e 45 anos. Estes são os maiores prazos já discutidos em negociações recentes entre países devedores e bancos internacionais. Os títulos de médio prazo da proposta brasileira, apresentada ao comitê dos bancos credores, na quinta-feira, poderão variar entre 20 e 25 anos, enquanto os de menor prazo (bônus de saída), entre 10 e 15 anos. Estes prazos foram revelados ontem por técnicos do governo que trabalham na elaboração da proposta brasileira.

O plano não fecha questão em prazos determinados. Segundo os técnicos, os negociadores brasileiros estão preparados para discutir contrapropostas muito menores que fatalmente serão apresentadas pelos bancos credores, se estes aceitarem iniciar as discussões formalmente. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deixou claro, ontem, no programa Bom Dia Brasil da Rede Globo, que o país será flexível na negociação dos prazos, juros e até mesmo sobre a natureza dos títulos propostos.

Crescimento moderado

"Podemos chegar em outra arquitetura financeira, estamos abertos para isso", acentuou. Em relação aos prazos propostos no processo de transformação da dívida em novos papéis (securitização), Zélia não quis antecipar detalhes, classificou apenas como "pouco" o prazo de 30 anos concedido à Venezuela na sua renegociação e que, até agora, é o maior obtido até hoje, depois da crise da dívida de 1982.

A ministra revelou também que o governo Collor deverá desenvolver uma política econômica até 1994 com a intenção de gerar um crescimento moderado. Neste período, o Brasil estabilizará sua economia e retomará gradualmente os investimentos, num cenário mun-



Ministra quer prazo recorde

dial de recessão e crise energética, observou. "Só voltaremos a crescer a taxas históricas anuais entre 7,5 e 8% dentro de quatro ou cinco anos", previu.

É neste quadro de crescimento moderado que o Brasil estabeleceu sua capacidade de pagamento da dívida, informou a ministra. O país desembolsará efetivamente — caso feche o acordo nos moldes propostos na quinta-feira — poucos recursos a cada ano e a partir de 1991. Os títulos longos poderão ser resgatados antes dos prazos de 40 a 45 anos, mediante leilão — em que os bancos ofertarão descontos — ou sorteio público, se não houver interesse pelo leilão. Especula-se que em 1991 o Brasil estaria disposto a pagar até US\$ 2 bilhões por estes mecanismos. Este teto é gradualmente crescente ao longo dos próximos anos. (A.E)

